

Gm (Relatório Gm)
14/9/99 PG 8
03

Escassez de recursos para florestas

Com os cortes nos orçamentos, mais de 500 ONGs discutem a reformulação do PPG7

Mauro Zanatta
de Brasília

Duas das principais redes de organizações não-governamentais ambientalistas, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e a Rede Mata Atlântica (RMA), vêm discutindo formas para a reformulação do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7).

Durante uma semana reunidos em Brasília para tratar da questão, representantes de quase 500 ONGs da região iniciaram a avaliação sobre a execução do programa, iniciado em 1995. Segundo os ativistas, o programa avançou bastante em relação à populações indígenas, extrativistas e ONGs, mas é um grande problema nos outros tantos projetos que dependem da ação direta do governo.

No final de 1998, o PPG7 esteve ameaçado pelos "cortes burros" promovidos pelo governo no Orçamento de 1999. Pressionado pelo acordo com o FMI, o governo decidiu cortar em cheio seus principais programas ambientais. Estudo de acompanhamento orçamentário realizado pelo Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), Rede Brasil e Instituto Socioambiental (ISA) concluiu que as doações do Grupo dos 7 países mais ricos do mundo, o G-7, tiveram um corte de 89,6% do total acordado com o governo brasileiro no final de 1997.

As contrapartidas do Tesouro Nacional sofreram cortes drásticos. Dos R\$ 3,7 milhões antes previstos, restaram apenas R\$ 1,106 milhão. Ficaram sem recomposição os R\$ 3 milhões de doação externa para a área indígena, no programa chamado PPTAL administrado pelo Ministério da Justiça, e R\$ 2,8 milhões do Ministério da Ciência e Tecnologia. O total das doações internacionais com pequenas contrapartidas do Tesouro continuou com 58,8% de cortes e o total dos empréstimos externos tem previsão de queda de 40,4% para o próximo ano.

Por tudo isso, a rede de ONGs propôs várias modificações na estrutura do programa. A principal delas deve ser na forma de gestão com a criação de uma organização social (OS), alternativa institucional híbrida que combina representações governamentais e não-governamentais em seu conselho diretor - a Fundação Roquette Pinto funciona assim.

A iniciativa tem o apoio informal do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e sua equipe para a Amazônia. Os debates apenas começaram e vão prosseguir até outubro, quando ocorrerão reuniões entre o governo brasileiro e os financiadores para decidir o futuro do PPG7. Entre os doadores de recursos também há vontade de melhorar a execução do programa. Documentos internos do Banco Mundial e avaliações contratadas

pelos doadores sugerem alternativas institucionais para a sua gestão, como a criação de uma fundação ou de uma organização de sociedade civil de interesse público (OSCIP). "Começamos a tratar da unificação das políticas das redes de ONGs com o objetivo estratégico de controlar os desmatamentos da Região Amazônica", diz Cláudio Arroio, diretor do Fórum das ONGs da Amazônia Oriental.

O objetivo estratégico de que fala Arroio é a reorientação do PPG7 nas políticas públicas e uma reflexão específica sobre cada um dos seus componentes como potencialidade, destino e vocação política. Evidentemente, para as ONGs, esta tarefa é muito clara em relação aos componentes dos programas que se desenvolveram melhor durante os primeiros cinco anos do PPG7. Segundo Márcio Santilli, do

Instituto Socioambiental (ISA), há problemas no processo de formulação, negociação e execução dos subprogramas menos desenvolvidos. "Em última instância, esses aspectos e os baixos níveis de execução orçamentária ocorridos em 1998 têm a ver com a fragilidade da base institucional em que se desenvolvem os projetos".

Para combater essas distorções de base institucional, a rede de ONGs acredita ser necessário superar questões de gerenciamento, articulação entre as instituições e o controle social que emperram a execução dos projetos. Já existem alguns instrumentos como OS e OSCIP, além do orçamento plurianual, que abrem alternativas de gestão de políticas públicas que interessam ao desenvolvimento e ao desdobramento de programas como o PPG7. ■

Maior abertura aos mercados

Mauro Zanatta e
Ismar Cardona
de Brasília

Além da mudança na gestão, as ONGs vêm discutindo sua influência no Projeto Piloto de Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) em casos como a abertura de mercados no exterior e dentro do Brasil para produtos da Amazônia, como madeira certificada, babaçu, copaíba, cupuaçu e açaí. Durante as reflexões da rede de ONGs surgiram algumas dúvidas operacionais sobre o programa. Os representantes da sociedade civil quebram a cabeça para entender a necessidade de novos componentes para tapar alguns "buracos" de interlocação dentro do PPG7.

O que se discute, por exemplo, é a criação de novos mecanismos para suprir a falta de planejamento nos assentamentos da reforma agrária, o que vem transformando essas iniciativas nos principais vetores de devastação da Amazônia nos últimos anos.

Um pouco mais adiante, discute-se ainda o fraco desempenho e a queda nos níveis de execução orçamentária constatados em vários projetos em 1998. Isso tem levado a uma constante redução dos orçamentos de anos seguintes, porque eles são feitos com base no executado e não no orçado do ano anterior. Dos R\$ 207 milhões destinados ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 1998, apenas R\$ 90 milhões (43,5%) foram executados. Mais grave: dos R\$ 10,7 milhões no orçamento do MMA para o PPG7, foram executados R\$ 6,4 milhões (59,6%). Dos R\$ 10,4 milhões a cargo do Ibama, apenas R\$ 927 mil (9%) foram executados.

O governo diz que os baixos níveis de execução decorrem de complexidades burocráticas típicas de projetos entre várias instituições. "A verdade é que quem não consegue usar dinheiro doado não se credencia para receber mais", sentencia Márcio Santilli, diretor do Instituto Socioambiental (ISA).

Preocupa ainda aos representantes das ONGs a possibilidade da divisão do PPG7 em dois programas, um para a Amazônia e outro para a Mata Atlântica. Há quem defenda, mas a maioria das ONGs coloca-se contra. "Cada um tem demandas diferenciadas de ação e desenvolvimento", diz Muriel Saragousi, da Fundação Vitória Amazônica. Há ainda, segundo ela, a questão de prevenir a destruição com o objetivo de conservar a Amazônia ou recuperar a Mata Atlântica.

A rede de ONGs considera o PPG7 "ainda muito tímido" do ponto de vista do acesso aos recursos para a conservação da Mata Atlântica. Para o coordenador da Rede Mata Atlântica (RMA), Renato Cunha, "o processo de discussão de propostas de maior inserção da Mata Atlântica no programa do G-7 foi paralisado no Ministério do Meio Ambiente e sua retomada é fundamental".

A aposta está no peso da participação social em seminários para forçar a reformulação do PPG7 junto com os países doadores internacionais. ■